



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018939-40.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
Requerente: **Banco do Brasil S/A**
Requerido: **Ribeirão.com Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S.A., devidamente qualificado nos autos ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **RIBEIRÃO.COM LTDA** e **MARCELO BORTOLANZA**, igualmente qualificados, alegando, em síntese, que é credor dos réus na importância de R\$ 128.874,95, referentes ao “Contrato de Abertura de Crédito – BB Giro Empresa Flex” – nº 288.000.547 firmado em 20 de janeiro de 2012.

Juntou documentos às fls. 07/102.

Decisão de fls. 216 deferiu a citação por edital.

Os réus citados por edital (fls. 240/244) não ofereceram resposta (fls. 245).

A Defensoria Pública, no exercício da Curadoria Especial, apresentou contestação por negativa geral (fls. 249/250).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citados, os réus deixaram de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do NCPC e a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

A contestação, apresentada pela Curadoria Especial e baseada em negativa geral, não afasta o inadimplemento, já que o pagamento se comprova com a quitação, que não veio aos autos. A existência de empréstimo está demonstrada nos autos (fls.1/102).

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO os réus ao pagamento da quantia de R\$ 128.874,95 com correção monetária pela tabela do TJSP e juros legais de mora, ambos a partir da data de vencimento da obrigação não paga.

Condeno, ainda, os réus ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 05 de março de 2018.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**